



Índice

- 01** Indígenas fazem PMs reféns e retêm viatura e armamentos em tribo caingangue de Iraí
- 02** Famato alerta sobre criação de terra indígena no município de Vila Rica
- 03** Demarcação de terra indígena é centro de embate entre governo federal e Câmara dos Deputados
- 04** Policiais Militares foram feitos reféns por indígenas em Iraí
- 05** Índio agride esposa e põe fogo no próprio filho
- 06** Indígenas e quilombolas terão energia de graça
- 07** ES – Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola
- 08** Mais de 20 comunidades quilombolas são certificadas em três estados
- 09** Ribeirinhos reforçam a renda com artesanato de aguapé
- 10** Índios entregam cartas de reivindicações a Reinaldo Azambuja
- 11** Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola
- 12** Quilombo Galvão recebe 41 casas através de parceria entre Prefeitura de Eldorado, ITESP e CDHU
- 13** Indígenas envolvidos em conflito com policiais devem responder por três crimes em Iraí



- 14 Ações judiciais podem cancelar Jogos Indígenas
- 15 Três índios caingangues foram inocentados de acusações de tortura contra mulher da mesma tribo
- 16 Amarildo, presente!
- 17 Guarani protestam contra RBS e reafirmam sua cultura, com apoio de quilombolas e movimentos negros urbanos
- 18 Igreja católica "encontra" mais uma tribo indígena no Maranhão
- 19 FUNAI publica portaria para estudar criação de Terra Indígena em Santa Cruz do Xingu e Vila Rica
- 20 Conhecimento indígena é preservado em livro de papel sintético
- 21 Instituto para a saúde indígena pode deixar 379 cargos de confiança à disposição dos ministérios da Saúde e Planejamento
- 22 Os desafios da luta indígena no Brasil
- 23 Amarildo, presente!
- 24 PA – Cinco crianças Assurini foram internadas em Belém. Há cerca de 90 doentes com os mesmos sintomas na aldeia, e quatro crianças morreram
- 25 Qualidade de vida da Amazônia está abaixo da média nacional
- 26 Quadro clínico de indígenas é estável
- 27 BOM JESUS - Indígena é encontrado degolado
- 28 Denúncia: Instituto de Saúde Indígena estimulará terceirização e privatização



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

29 [Funai anuncia mais uma Terra Indígena no Mato Grosso](#)

30 [Mais uma estrada abandonada no Pará](#)



Indígenas fazem PMs reféns e retêm viatura e armamentos em tribo caingangue de Iraí

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 23.08.2014

Confusão começou durante abordagem policial de rotina realizada durante a tarde

Indígenas da reserva caingangue de Iraí, no Norte gaúcho, sequestraram dois policiais e roubaram uma viatura, armamentos e coletes a prova de balas, na tarde deste sábado. De acordo com a Brigada Militar (BM), a confusão teve início por volta das 15h30min, durante uma abordagem de rotina no Centro de Iraí, na avenida Flores da Cunha. Um veículo conduzido por um indígena foi parado na blitz e os policiais verificaram que a documentação era irregular. O condutor e os passageiros resistiram à tentativa de apreensão do veículo, discutiram com os PMs e, em seguida, um grupo maior de indígenas se dirigiu ao local.

Em meio à confusão, um dos policiais disparou e acertou a perna de um dos índios. Nesse momento, um sargento à paisana e em um carro civil chegou ao local e retirou os policiais do confronto. Na sequência, eles retornaram ao quartel da Brigada, para onde já haviam solicitados reforços no efetivo. Um grupo de cerca de 60 indígenas, porém, também se dirigiu ao espaço e sequestrou dois soldados que desciam para dar apoio aos demais. Eles fugiram em direção à reserva indígena de Iraí em posse de uma viatura, coletes e armamentos pertencentes à Brigada Militar. Os policiais foram liberados por volta das 17h, mas o carro e os objetos levados seguem em posse dos indígenas.



Famato alerta sobre criação de terra indígena no município de Vila Rica

SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUAIA, 23.08.2014

A Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou esta semana a portaria nº 968 que constitui um grupo técnico para realizar estudos antropológicos com o objetivo de demarcar uma área reivindicada como terra indígena (TI). A área está localizada nos municípios de Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e São Félix do Xingu e é denominada Kapôt Nhinore das etnias Kayapó e Juruna. Com o objetivo de informar e orientar o produtor rural, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) acompanha todos os atos da Funai em relação à criação e ampliação de terras indígenas.

“A Famato defende mais transparência nos processos de criação e demarcação de terras indígenas. No caso específico da Kapôt Nhinore é importante que os sindicatos rurais, os produtores rurais e as associações dos produtores dos municípios envolvidos reivindiquem para que as prefeituras acompanhem todo o trabalho da Funai, com o objetivo de não deixar que ocorram vícios no processo, o que pode causar prejuízo aos produtores e à economia da região”, orienta o analista de Assuntos Indígenas e Fundiários da Famato, Lino Amorim.

Segundo a Funai, Mato Grosso possui 18.055,64 ha de TI's regularizadas, o que corresponde a 20% do território do estado. Somando as TI's declaradas, delimitadas e homologadas, o percentual cresce para 24% do território estadual. Conforme a fundação, atualmente existem 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).



Demarcação de terra indígena é centro de embate entre governo federal e Câmara dos Deputados

SÍTIO TVCOM SC, 23.08.2014

Ministério da Justiça e parlamentares concordam em rever atual modelo, mas divergem sobre quem deve dar a palavra final no reconhecimento

Duas propostas tramitam em paralelo para rever a forma como são realizadas as demarcações de terras indígenas. Discussões motivadas pelo conflito agrário que se arrasta há décadas pelo país — inclusive em Santa Catarina —, mas distantes de um desfecho e esfriadas por conveniências eleitorais.

Após paralisar as demarcações, o Ministério da Justiça esboça uma portaria que mantém o protagonismo da Fundação Nacional do Índio (Funai) nos estudos, mas prevê a participação de mais órgãos, como Embrapa e Incra. Temeroso pela rejeição das candidaturas petistas em regiões com agronegócio forte, como Sul e Centro-Oeste, o governo toca o debate a passos lentos.

Já no Congresso, congelada pelas eleições, a polêmica tem 14 anos. Desde 2000 tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que pretende dar aos parlamentares o poder de aprovar as demarcações e de revisar as que foram realizadas.

A PEC foi desengavetada no ano passado, com a criação de uma comissão especial na Câmara.

A bancada ruralista questiona o que chama de “monopólio da Funai”. Pelas regras atuais, Funai, Ministério da Justiça e Presidência respondem pelas demarcações. Para o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), membro da comissão, o formato facilita laudos antropológicos suspeitos de fraudes, como no caso Morro dos Cavalos - apresentado pelo DC na série Terra Contestada.

– A Funai representa o índio, faz o estudo e ainda diz se está correto. O Congresso quer fazer o verdadeiro debate e ouvir os dois lados, índio e produtor – diz.

Já o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber Buzatto, alega que a verdadeira intenção é estancar as criações de terras indígenas.

– Toda tentativa de demarcação será barrada pelo interesse e força do agronegócio. O espaço do índio no Congresso é reduzido – afirma.

O governo também é contrário à PEC, por considerá-la inconstitucional. A posição é reafirmada por entidades indigenistas. Para a coordenadora do programa de Política e Direito do Instituto Sociambiental, Adriana Ramos, os procedimentos atuais são suficientes, por serem baseados em laudos técnicos que podem ser contestados durante a discussão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

O cabo de guerra entre produtores e indigenistas é marcado por acusações mútuas de fraude. Em 2013, um relatório da Embrapa apontou que, no Paraná, áreas que a Funai pretende demarcar não eram ocupadas por índios. Já o Ministério Público Federal em Mato Grosso apresentou na semana passada interceptações telefônicas nas quais um líder ruralista planejava pagar R\$ 30 mil a um advogado ligado à Confederação da Agricultura (CNA) para produzir o relatório da comissão especial da Câmara.

As mudanças

Legislação atual

A Funai recebe da comunidade indígena o pedido de demarcação

Por portaria, a Funai cria grupo de trabalho para elaborar relatório

A Funai analisa o relatório e, se aprovado, publica o estudo. O processo segue para ser reconhecido pelo Ministério da Justiça

Após o reconhecimento, ainda falta a homologação do presidente da República

Com a aprovação da PEC

Comunidades indígenas terão de procurar a Funai, que criará grupo de trabalho para elaborar um relatório.

Ao seguir para o Ministério da Justiça, o relatório também será apreciado pelo Congresso

Após a avaliação, o presidente da República homologa ou não o processo. A decisão ainda poderia ser revista pelo parlamentares



Policiais Militares foram feitos reféns por indígenas em Iraí

SÍTIO RÁDIO COLONIAL, 23.08.2014

Na tarde deste sábado, 23, uma ocorrência movimentou mais de 40 policiais em Iraí, Norte do Rio Grande do Sul. Após uma desavença no trânsito entre policiais Militares e indígenas, dois policiais foram feitos reféns por mais de 1h30min.

Após uma blitz na avenida Flores da Cunha, um veículo de um indígena seria recolhido pela polícia por estar com os documentos irregulares, inconformado, o condutor entrou em luta corporal com os policiais e foi baleado na perna.

Por volta das 16 horas mais de 60 índios caingangues irritados com o fato foram até a Brigada Militar e capturaram dois Policiais e levaram até a Aldeia Indígena. Uma viatura, coletes e armas também foram levados pelos índios.

Às 17h30min, depois de uma negociação os policiais foram liberados, e, em seguidas a viatura e as armas. O índio baleado e os dois policias foram encaminhados ao hospital com escoriações.

Mais de 40 policiais militares de vários municípios da região foram acionados para prestar apoio.O POE também prestou atendimento.

Postado por Paulo Marques



Índio agride esposa e põe fogo no próprio filho

SÍTIO O PARANÁ, 23.08.2014

Uma criança de cinco anos teve o corpo queimado pelo próprio pai, um indígena, Fidel Lopes, da Aldeia Indígena Tekorá Mirim, na comunidade de Faxininha, em Guaíra. Segundo a Polícia Militar, o homem discutiu com a esposa na madrugada de ontem e em seguida, ateou fogo na mulher e na criança.

À polícia, o cacique da aldeia, Arnaldo Dias, disse que o homem fugiu em direção ao lago de Itaipu.

Os dois feridos, mãe e filho, foram atendidos por socorristas do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e encaminhados ao hospital de Guaíra.

De acordo com a regulação do Samu, em Cascavel, os dois tiveram queimaduras de primeiro e segundo grau, mas não correm risco de morte.

A Polícia Militar fez buscas para encontrar o agressor, mas até o fechamento desta edição, ele não foi localizado.



Indígenas e quilombolas terão energia de graça

SÍTIO 97 NEWS, 23.08.2014

Os pescadores baianos terão, a partir de setembro, descontos de até 100% nas contas residenciais de energia. Uma parceria entre a Bahia Pesca e a Coelba utilizará informações do CadCidadão

Para identificar os beneficiários. Indígenas e quilombolas terão descontos de até 100%, e os demais pescadores terão abatimentos de até 65% na tarifa de energia. A Bahia Pesca já cadastrou quase 9 mil pescadores, marisqueiras e aquicultores. Destes, cerca de 4 mil poderão ser beneficiados pela tarifa social. A assinatura do termo de cooperação entre as duas empresas acontece na segunda-feira (25), às 14h30, no Terminal Pesqueiro Público de Ilhéus.

"Agora estamos realizando o cruzamento destes dados com os cadastros da Coelba, para identificar quais destes profissionais já têm acesso à tarifa mais barata, quais não têm", explica o presidente da BP, Cássio Peixoto. Os candidatos ao benefício devem ter renda familiar mensal de até três salários mínimos, ser portador de doença ou deficiência que precise do uso continuado de aparelhos ou equipamentos elétricos.



ES – Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.08.2014

Comitê subsidiará a construção de políticas públicas para efetivação da educação quilombola

Any Cometti, Século Diário

Publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (22), a Portaria nº 130-R, de 21 de agosto de 2014, institui o Comitê Estadual de Educação Quilombola no Espírito Santo. O comitê subsidiará a elaboração de políticas públicas para que seja efetivada a Educação Quilombola no Estado. A coordenação e a secretaria executiva serão exercidas pela Gerência de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a participação dos membros é considerada de relevante interesse público.

A instituição do Comitê de Educação Quilombola é resultado de um árduo trabalho dos educadores quilombolas junto ao governo, como explica Daniela Meirelles, técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que representará a instituição no comitê. Este é apenas o primeiro passo na busca de políticas públicas que possam estruturar e combater a precariedade educacional nos territórios quilombolas do Estado, como considera, já que, atualmente, as comunidades quilombolas vivem muitas vezes isoladas, em comunidades sem a estrutura básica de assistência social, inclusive sem escolas, em meio a governos que não se interessam em manter uma escola, muitas das quais foram fechadas nos últimos anos, ou as mínimas tradições nas comunidades quilombolas.

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva. Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados.

A técnica da Fase também lembra da importância da instituição do Comitê com relação à Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. A criação de um comitê de referência e de escolas especificamente direcionadas aos núcleos quilombolas são meios de reconhecer o exemplo de luta e resistência desse povo, além de manter suas tradições e valorizar sua história. Como considera Daniela, as escolas do campo com educação

CONT.



quilombola precisam reconhecer e trabalhar a todo momento com suas tradições, manter professores quilombolas, evidenciar no material didático a própria cultura e história, além de valorizá-la no cotidiano dos professores e alunos. "A escola pode empregar as tradições quilombolas em pequenos detalhes, como na merenda escolar, baseada na alimentação do povo remanescente de quilombos que vive no Estado", exemplifica.

O comitê é composto pela Sedu, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), por uma organização não-governamental de lideranças religiosas que discutem os povos quilombolas, representada pela Fase; pela Secretaria da Casa Civil, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, pela Procuradoria da República no Estado, pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), e pelo Comitê Estadual de Educação do Campo (Comeces).



Mais de 20 comunidades quilombolas são certificadas em três estados

SÍTIO VERMELHO, 23.08.2014

Nesta semana, a Fundação Cultural Palmares certificou 24 comunidades como remanescentes de quilombos da Bahia, Alagoas e Maranhão. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), da última quarta-feira (20). Além do reconhecimento dos territórios tradicionais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) instaurou uma mesa para discutir e acompanhar a política de regularização de terras quilombolas no estado de Minas Gerais.

Reprodução

Das 24 comunidades, 22 são oriundas de cidades baianas Das 24 comunidades, 22 são oriundas de cidades baianas

Das 24 comunidades, 22 são oriundas de cidades baianas, entre elas Curral de Fora, em Água Fria, Várzea Queimada, em Caém, outras dez comunidades são da cidade de Central e mais dez em Morro.

A Mesa Estadual de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola instaurada pelo Incra tem como objetivo promover maior aproximação no diálogo entre órgãos governamentais e a sociedade civil. Além disso, o grupo vai discutir a situação dos processos de regularização fundiária de territórios quilombolas com parceiros e movimentos sociais e integrar as ações de regularização fundiária no âmbito do governo federal e dos governos estadual e municipais.

Além disso, o grupo também buscará soluções juntamente com o movimento quilombola e outros parceiros para prevenir, mitigar e gerir conflitos que envolvem os territórios tradicionais das comunidades. As reuniões acontecerão bimestralmente, em datas a serem acordadas com os participantes da Mesa.

A responsabilidade pela organização da Mesa será da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR 06/F), por meio do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas (SR-06/F4).

Fonte: Agência PT



Ribeirinhos reforçam a renda com artesanato de aguapé

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 23.08.2014

Possibilidade de diversificar ganhos despertou a atenção de moradores do local

Jovens e adultos se mobilizaram para aprender a técnica com Catarina Guató, uma das poucas remanescentes do saber-fazer secular, que em três dias ministrou a oficina Saberes Seculares do Pantanal.

O projeto é realizado pela Funarte e pelo Ministério da Cultura, por meio do programa Mais Cultura: Microprojetos Pantanal 2013, com apoio da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Corumbá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (Cras Itinerante) e da Fundação de Cultura de Corumbá.

No primeiro dia, o grupo de alunos saiu de barco com Catarina para aprender a escolher o aguapé a ser coletado. "Não se arranca com faca os talos da planta para não matá-la", ensina a mestra do saber-fazer, ao indicar os mais compridos.

Na sequência, a fibra foi exposta ao sol para secar. Os alunos aprenderam também a produzir a trama que origina o trançado, que pode chegar a centenas de metros, até tomar forma de objetos utilitários e decorativos.

Ao fim do curso, as alunas fizeram uma exposição com o material produzido. "A ideia é formar uma cadeia produtiva e comercializar em vários pontos turísticos do Pantanal", revela Catarina.

Esforço

O grupo contou com jovens mães que, apesar da cheia do Rio Paraguai que só permite o deslocamento por embarcações, não mediram esforços em ir até a escola polo da comunidade, inclusive com crianças de colo, para aprenderem a confeccionar o artesanato de matéria-prima abundante no Pantanal para comercializar com os turistas que praticam o turismo de pesca na localidade.

Viviane Lino Nascimento, de 24 anos, que se destacou no curso por conta da habilidade e criatividade, conta que gostou muito do curso: "Foi muito fácil aprender a fazer o trançado com o aguapé. Apesar de viver aqui há muitos anos, não imaginava que dava pra fazer artesanato com a planta. Foi muito gratificante o curso. E não tem desculpas pra não fazer: com a cheia do rio, é só pegar o aguapé debaixo de nossas casas".

A mestra do saber-fazer Catarina Guató terminou o projeto satisfeita: "Em maio fizemos o curso no Porto da Manga e agora em Porto Esperança. Ensinei tudo o que sei e percebi que os
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

dois grupos ficaram muito interessados em dar continuidade à produção do artesanato. Tenho certeza de que em breve teremos núcleos de artesanato em aguapé nas duas localidades e essas pessoas vão poder repassar o conhecimento a outras, formando assim uma cadeia produtiva do artesanato em aguapé”.



Índios entregam cartas de reivindicações a Reinaldo Azambuja

SÍTIO A CRÍTICA/MS, 23.08.2014

O candidato a governador Reinaldo Azambuja (PSDB) recebeu três cartas com reivindicações de grupos indígenas durante encontro com lideranças políticas realizado na Aldeia Urbana Marçal de Souza, em Campo Grande, nesta semana.

Entre os principais pedidos está a inclusão dos índios em programas habitacionais do governo do Estado. As outras cartas pedem políticas públicas para a valorização das mulheres indígenas e compromissos com os direitos dos povos de todas as etnias de Mato Grosso do Sul.

Depois de receber os documentos, Reinaldo reafirmou que, se eleito, vai fazer um governo de compromisso com todos que moram em Mato Grosso do Sul. "Vocês kadiwéu, terena, guarani, kaiowá e guató terão da nossa parte um governo de parcerias", disse.

Segundo Reinaldo, é necessário desenvolver políticas públicas de inclusão e de trabalho para os indígenas. "Vamos respeitar as diferenças, respeitar a cultura e levar desenvolvimento para dentro das aldeias, melhor saúde e melhor educação", afirmou.

O tucano ainda lembrou que compromissos como a garantia dos direitos aos indígenas, proteção dos direitos sociais e preservação da cultura e dos costumes dos índios fazem parte de uma carta de compromisso integrada ao Plano de Governo da coligação.

Habitação

Principal anseio da população indígena que vive em cidades de Mato Grosso do Sul, o direito à habitação está inserido no Plano de Governo da Coligação Novo Tempo (PSDB, PSD, PPS, DEM, PMN e Solidariedade), que prevê a implantação de políticas habitacionais que atendam várias comunidades.

Em Campo Grande, por exemplo, a maior demanda dos índios terena é a criação de uma quinta aldeia urbana, com 300 casas, além das quatro aldeias já existentes: Marçal de Souza, Darcy Ribeiro, Água Bonita e Tarsila do Amaral.

"Estamos aqui porque queremos que nossos filhos tenham um futuro melhor", afirmou Enilda, indígena representante da etnia kadiwéu. Para ela, ter casa própria é o primeiro passo para o indígena conquistar uma vida digna na cidade.

Atualmente, o déficit habitacional em Mato Grosso do Sul é de 86 mil casas. Em Campo Grande, essa quantidade cai para 25,6 mil residências.



Portaria institui Comitê Estadual de Educação Quilombola
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 23.08.2014

Comitê subsidiará a construção de políticas públicas para efetivação da educação quilombola

Any Cometti

Publicada no Diário Oficial desta sexta-feira (22), a Portaria nº 130-R, de 21 de agosto de 2014, institui o Comitê Estadual de Educação Quilombola no Espírito Santo. O comitê subsidiará a elaboração de políticas públicas para que seja efetivada a Educação Quilombola no Estado. A coordenação e a secretaria executiva serão exercidas pela Gerência de Educação do Campo da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a participação dos membros é considerada de relevante interesse público.

A instituição do Comitê de Educação Quilombola é resultado de um árduo trabalho dos educadores quilombolas junto ao governo, como explica Daniela Meirelles, técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que representará a instituição no comitê. Este é apenas o primeiro passo na busca de políticas públicas que possam estruturar e combater a precariedade educacional nos territórios quilombolas do Estado, como considera, já que, atualmente, as comunidades quilombolas vivem muitas vezes isoladas, em comunidades sem a estrutura básica de assistência social, inclusive sem escolas, em meio a governos que não se interessam em manter uma escola, muitas das quais foram fechadas nos últimos anos, ou as mínimas tradições nas comunidades quilombolas.

No Espírito Santo, os quilombolas sofrem há anos um processo de exclusão e repressão. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 68, garanta aos quilombolas a propriedade definitiva das terras que ocupam e a reprodução física e cultural de suas comunidades, afastados os constrangimentos e as ameaças, não é o que ocorre no País, nem no Estado, onde o conflito instalado principalmente pela Aracruz Celulose (Fibria) no território do antigo Sapê do Norte, formado pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relegou a essas comunidades uma situação de miséria e profundas dificuldades de subsistência. Além dos extensos eucaliptais, o território quilombola no Estado também é ocupado por empresas de álcool e fazendeiros, principalmente da pecuária extensiva. Até hoje, os quilombolas não conseguiram reconquistar sequer um território no norte do Estado, embora processos de reconhecimento tenham sido iniciados.

A técnica da Fase também lembra da importância da instituição do Comitê com relação à Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. A criação de um comitê de referência e de escolas especificamente direcionadas aos núcleos quilombolas são meios de reconhecer o exemplo de luta e resistência desse povo, além de manter suas tradições e valorizar sua história. Como considera Daniela, as escolas do campo com educação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

quilombola precisam reconhecer e trabalhar a todo momento com suas tradições, manter professores quilombolas, evidenciar no material didático a própria cultura e história, além de valorizá-la no cotidiano dos professores e alunos. "A escola pode empregar as tradições quilombolas em pequenos detalhes, como na merenda escolar, baseada na alimentação do povo remanescente de quilombos que vive no Estado", exemplifica.

O comitê é composto pela Sedu, pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), por uma organização não-governamental de lideranças religiosas que discutem os povos quilombolas, representada pela Fase; pela Secretaria da Casa Civil, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, pela Procuradoria da República no Estado, pela Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), e pelo Comitê Estadual de Educação do Campo (Comeces).



Quilombo Galvão recebe 41 casas através de parceria entre Prefeitura de Eldorado, ITESP e CDHU

SÍTIO PORTAL VALE DO RIBEIRA, 23.08.2014

Neste mês, o Prefeito Eduardo Fouquet, juntamente com representantes do ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), realizou a entrega de 41 casas para os mutuários contemplados do Bairro Galvão, referentes aos conjuntos habitacionais da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano). O Galvão, quilombo reconhecido em 2007, recebeu em torno de R\$ 2,4 milhões em investimento habitacional.

55546t46 Quilombo Galvão recebe 41 casas através de parceria entre Prefeitura de Eldorado, ITESP e CDHU

Um projeto semelhante, no Quilombo de Ivaporunduva, já está em processo inicial e prevê a construção de aproximadamente 116 moradias.

De acordo com Eduardo Fouquet, as parcerias estão surtindo efeito e os moradores são os principais beneficiados. "Estamos trabalhando, em força total, com vários órgãos estaduais e federais, garantindo suporte para o desenvolvimento de Eldorado", destacou Fouquet.

Prefeitura Municipal de Eldorado



Indígenas envolvidos em conflito com policiais devem responder por três crimes em Iraí

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 24.08.2014

Dois inquéritos, um deles militar, vão apurar desdobramentos de confusão que terminou com dois baleados, seguida de cárcere privado

Após a invasão de um posto policial da Brigada Militar, em Iraí, no Norte gaúcho, um grupo de índios caingangues deve responder por cárcere privado, roubo e sequestro. O delegado do município, Fernando Gomes Gardelini, informou que vai entrar em contato com o cacique da tribo caingangue para identificar os indígenas que participaram da ação. A confusão terminou com dois índios baleados e dois policiais sequestrados, além de viaturas e armas retidas, por algumas horas, dentro da tribo. "Vamos chamar o pessoal para depor ainda nesta semana", ressaltou. O inquérito deverá ser concluído em 30 dias.

Além da investigação da Polícia Civil, um inquérito da Brigada Militar foi aberto, ainda nesse sábado, para apurar as circunstâncias da ação. Após uma abordagem em barreira de trânsito na avenida Flores da Cunha, um carro dirigido por índios foi apreendido por atraso no pagamento da tributação. Houve uma briga entre policiais e indígenas que resultou em dois caingangues baleados, ainda que sem gravidade.

Após o desentendimento, um grupo da aldeia seguiu até o posto policial da Brigada Militar. Segundo o comandante do 37º Batalhão de Polícia Militar, Alexandre Moreira Pereira, depois da confusão na avenida, mais de 20 indígenas se deslocaram até o pelotão e capturaram dois soldados, além de levar uma viatura e quatro armas. Os policiais foram levados à reserva indígena de Iraí e liberados cerca de duas horas depois. Já os índios dizem que foram apenas registrar a ocorrência.

O major explica que, depois de uma conversa com o cacique, a viatura e as armas foram devolvidas ainda na noite desse sábado. "O cacique exigiu uma investigação para apurar o que aconteceu e nos comprometemos a fazer isso", informou Pereira. As armas foram colocadas à disposição da investigação, conforme determinado pelo Comando da BM de Santa Rosa.

Com informações da repórter Cíntia Marchi/Correio do Povo



Ações judiciais podem cancelar Jogos Indígenas

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 24.08.2014

As ilegalidades que rondam a preparação da IV Jogos Tradicionais Indígenas do Estado do Pará, marcados para 4 a 10 de setembro em Marapanim (praia de Marudá), no nordeste paraense, reveladas pelo DIÁRIO na edição do último domingo, resultaram em duas ações populares que pedem a nulidade de todos os atos das etapas mais importantes do processo, além da devolução de todos os valores pagos irregularmente aos cofres do Estado. Caso a Justiça acate as demandas, os jogos correm sério risco de cancelamento.

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel) está sendo acusada de superfaturar o evento, desembolsando cerca de R\$ 1,6 milhão para uma obscura entidade do município sem experiência comprovada no ramo de produção de eventos para fazer o trabalho; além de pagar, antecipadamente, mais de três meses antes da realização dos jogos, quase R\$ 1 milhão para a empresa que vai montar a estrutura, sem que o serviço tivesse sequer começado.

A primeira ação foi protocolada na 4ª vara cível de Ananindeua, com pedido de liminar contra a Seel e o Instituto Muirapinima, requerendo a nulidade do convênio 55/2014 celebrado entre a secretaria e o instituto para a realização dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Estado do Pará e todos os atos advindos do convênio, "evitando assim grave lesão ao patrimônio público, corrigindo a ilegalidade do ato, bem como determinando a devolução de todos os valores ilegalmente pagos aos cofres do erário.

A ação, assinada pelos advogados Fernando Jorge Dias de Souza e Igor Bruno Silva de Miranda, diz que no dia 24/07 passado foi publicado no Diário Oficial do Estado a "contratação do Instituto Muirapinima para custeio de transporte, alimentação, recursos humanos e material esportivo para a realização dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Estado do Pará", através do convênio nº 55, assinado pela titular da Seel Renilce Conceição do Espírito Santos Nicodemos Lobo, que é natural de Marapanim, sede do instituto.

O valor do convênio com o instituto é de R\$ 1.597.303,00 "para um evento que só será realizado no período de 04 a 10 de setembro de 2014, na cidade de Marapanim, nordeste do Estado", destaca a ação. Tudo feito sem licitação. Segundo a ação, a secretária não forneceu qualquer explicação acerca da contratação direta e afirmou não dever satisfação a ninguém.

As hipóteses em que a licitação é dispensável encontram-se previstas nos artigos 17, 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, o que, segundo a ação, não se enquadra no caso em questão. "O Instituto Muirapinima não é o único detentor dos serviços pretendidos pela secretaria, podendo ser executado por outras empresas possuidoras destes requisitos... Nota-se nesse contexto que há uma imensidão de irregularidades nesta contratação, que irá comprometer e muito o orçamento do erário", diz a peça.

CONT.



“Na verdade, observa-se que a contratação do segundo demandado (Instituto Muirapinima) já estava previamente agendada, pois o evento já tinha programação definida desde o início do corrente ano, onde poderia ter sido aberto processo licitatório para a contratação e entrega do objeto pretendido, fato esse que inexistiu”, observa a ação. Fontes de dentro da própria secretaria garantem que o Instituto Muirapinima nunca organizou eventos desse tipo.

Consultando o Portal da Transparência do governo do Estado, os advogados responsáveis pela ação ressaltam que “todos os valores mencionados já foram pagos e liberados ao segundo demandado (Instituto Muirapinima), antes mesmo da realização dos serviços contratados relativos ao IV Jogos Indígenas”, conforme revelou o DIÁRIO na edição do último domingo. Não paira dúvida, segundo eles, que está havendo “conluio nas contratações para a realização dos IV Jogos... onde os envolvidos acabam saindo beneficiados e o Estado lesado, prejudicado e abalroad...”.

(Diário do Pará)



Três índios caingangues foram inocentados de acusações de tortura contra mulher da mesma tribo

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 24.08.2014

Três índios caingangues foram inocentados das acusações de tortura contra uma mulher da mesma tribo, que foi acorrentada a um tronco durante horas e ameaçada pelos réus. A mulher, que estava grávida, foi castigada por ter desrespeitado as regras locais, afrontando o cacique da tribo e, após ser solta, foi expulsa do acampamento indígena localizado no município de Mato Castelhanos. A sentença é desta quinta-feira, 21/8.

Ao analisar o caso, o Juiz de Direito Orlando Faccini Neto, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Passo Fundo, entendeu que o caso em análise se trata de um tipo de cultural defense, isto é, foram seguidas as regras de sua própria cultura.

Caso

Em 8/3/10, no Acampamento Indígena do Município de Mato Castelhanos, situado na BR-285, Km-270, os acusados submeteram a mulher, uma gestante sob poder e autoridade do cacique da tribo, a um castigo porque ela defendeu o direito de sua filha e genro mudarem de acampamento indígena, o que foi rechaçado pelos acusados.

Ela foi puxada para fora de casa, arrastada por cerca de 100 metros até um campo, localizado em frente à sua residência, onde permaneceu acorrentada em um tronco, com correntes e cadeado, por cerca de quatro horas. Ela ainda teria sido ameaçada e injuriada.

Os réus, que foram denunciados pelo Ministério Público pelo crime de tortura, se defenderam, argumentando acreditarem que as regras estabelecidas por eles são as suas próprias leis, levando em conta seu modo de vida, e costumes.

Decisão

O magistrado considerou que as medidas tomadas pelos caingangues fazem parte da cultura daqueles indígenas. Como, por exemplo, o ato de amarrar alguém a um tronco por horas a fio, a fim de que expie erros e infrações às normas internas da tribo.

Na espécie, o instrumento que lesou e, de certa forma, restringiu a liberdade da vítima, era o meio ao alcance dos acusados, representantes legítimos daquele grupo indígena, de corrigir o comportamento do membro, para eles, infrator, afirmou o magistrado. Infrator num contexto de generalidade, porque o direcionamento da normativa indígena, aqui, não reunia particularidades concernentes à condição feminina da vítima, razão por que propendia a atingir todos aqueles que o violassem, acrescentou.

CONT.



Assim, o Juiz diferenciou este caso de outros, que, embora virtualmente relacionados a manifestações de grupos, encontrariam solução diversa, como a excisão do clitóris feminino, praticada por certos grupos culturais. É que, nesta hipótese, segundo o magistrado, estaria em causa desde logo um rebaixamento da dignidade feminina, visto que à mulher, com a excisão, atribui-se meramente um papel de reprodutora, o que não aconteceu no caso sob julgamento, em que a punição era prevista para a generalidade dos membros da tribo, inclusive em documento que era do conhecimento de todos.

Na análise do julgado, não haveria outra forma de assegurar o caráter de prevenção negativa e de afirmação da vigência das normas internas da tribo, exceto do modo como a medida adotada representou. Segundo o magistrado, o castigo, neste caso, não partiu de uma demonstração pura e simples da autoridade do cacique, senão de um processo que se poderia aduzir como democrático, com a finalidade primeira de reeducar índios problemáticos.

Com base em lições de doutrina, os réus tiveram o reconhecimento da cultural defense, que, segundo o Juiz, exclui a culpabilidade. Processo nº 2100012312-9 (Passo Fundo)



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

Instituto para a saúde indígena pode deixar 379 cargos de confiança à disposição dos ministérios da Saúde e Planejamento
SÍTIO CIMI, 25.08.2014



Guarani protestam contra RBS e reafirmam sua cultura, com apoio de quilombolas e movimentos negros urbanos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Elaine Tavares, em Palavras Insurgentes

Os índios Guarani decidiram sair em passeata pela cidade de Florianópolis. A marcha foi um protesto e uma afirmação. Protesto, porque era preciso responder a série de reportagens do jornal Diário Catarinense, que, de maneira deliberada, desinforma sobre a questão indígena a cada reportagem que produz. Não é novidade para ninguém que o grupo RBS defende os interesses dos especuladores de terra. Por isso, essa coisa cotidiana de disseminar meias verdades. "As famílias que ocupam a terra do Morro dos Cavalos são do Paraguai", dizem. Uma mentira, mas mesmo que fosse verdade, isso não as faria menos Guarani e tampouco faria com que o território fosse menos Guarani. Antes da chegada dos invasores europeus toda essa região que pega parte do Rio Grande, Santa Catarina, Paraguai, parte do Uruguai, Bolívia e Peru era território Guarani. Assim que não há mais nada a discutir sobre isso. O espaço ocupado pelas famílias Guarani no Morro dos Cavalos é Guarani.

Outro elemento colocado pelos disseminadores do ódio e do preconceito é que os índios não precisam de tanta terra para viver. Outra mentira e outra desinformação. A cultura indígena se diferencia da cultura do branco. Primeiro que eles não organizam suas vidas como os brancos da cidade, que dividem a terra em lotes nos quais tem sua moradia, desvinculadas da vida mesma. Para o Guarani, o território é espaço coletivo, no qual as famílias compartilham a existência. Ali, há o espaço das moradias, da agricultura de subsistência, do sagrado, da preservação. A terra é muito mais do que um lugar onde morar, é espaço de vida, de cultura e de espiritualidade. No território eles moram, vivenciam a cultura, fazem rotação de plantio, encontram seus deuses. Será tão difícil entender isso? Desde quando essas pequenas fatias de terra podem ser consideradas "muito", se os indígenas são os primeiros usuários desses lugares? E por que não se questiona com igual virulência o fato de uma única pessoa ser dona de milhares de hectares de terra improdutiva, como é o caso dos latifúndios?

O fato é que os povos indígenas são os verdadeiros donos das terras, usurpadas pelo invasor. E, agora, o que pedem é ainda muito pouco diante do que deveria ser legitimado como território indígena. Ainda assim, a cobiça dos latifundiários e dos especuladores não tem fim. Não basta confinar os indígenas em espaços minúsculos, há que lhes negar o território mínimo. E mais, há que colocar sobre eles toda a sorte de preconceito e dúvida.

Mas, os Guarani não se intimidam com as práticas violentas dos meios de comunicação a serviço dos especuladores de terras. Lutam por seu território e defendem sua forma de vida. Por isso decidiram realizar a caminhada pelas ruas da capital catarinense para entregar à população um panfleto onde contam a sua versão sobre os fatos. Um espaço de diálogo no qual buscam falar de sua história e de sua forma de organizar a vida, que é coletiva e caminhante, bem diferente da do não-índio.

CONT.



Nesse protesto, os Guarani receberam a solidariedade de outros grupos que, igualmente, sofrem os ataques da mídia e da sociedade excludente. Negros, que vivem cotidianamente um genocídio. Quilombolas, que lutam pela regularização de suas terras. Povo sem terra, que busca um espaço para viver com dignidade. Todos eles marcharam juntos, apresentando suas demandas, irmanados, porque, afinal, como definiu uma das lideranças negras, Alexander Zock Faria: "Nossa luta é a mesma, é uma luta pela vida, unicamente pela vida".

Os Guarani que vivem no Morro dos Cavalos conformam uma comunidade com 32 famílias. Vivem há anos confinados em um pequeno espaço de terra, no qual sequer conseguem plantar. Lutam para garantir o território (menos de 0,6% do espaço total do estado) e a desintrução, que é a retirada das famílias que hoje ocupam a área originalmente indígena. Muitas já aceitaram o acordo com a Funai, mas ainda há resistência. Algumas famílias estão ali há anos, tendo comprado as terras de boa fé. É um conflito, de difícil solução, ainda mais que o tempo todo é transpassado por pessoas que procuram aprofundá-lo. O território Guarani também fica bem no meio de uma disputa com o Estado, que quer a duplicação da BR 101, e é uma constante na mídia, imputar aos indígenas a culpa pela demora das obras. Ora, se a BR ainda não foi duplicada, a culpa não é dos Guarani, mas sim dos governos estadual e federal que não cumprem a lei. Questões como a consulta aos indígenas – que está garantida na Constituição – e problemas de ordem da legislação ambiental é que tem travado o andamento das obras. Mas, fica mais fácil jogar a "culpa" para os índios, como se fossem eles os responsáveis pelo "entreve" e pelas mortes que seguem acontecendo no trecho não duplicado. Cria-se um consenso contra os indígenas, quando, na verdade, as causas do atraso são outras. E assim, o preconceito contra os indígenas vai se aprofundando, com a sempre providencial atuação da mídia, que propaga mentiras.

A caminhada dessa sexta-feira (dia 22 de agosto) foi uma tentativa de mostrar à comunidade catarinense que o povo Guarani tem todo o direito de ocupar o seu território, que é ínfimo diante do que lhes seria direito. E, também, na medida em que os indígenas saem às ruas, mostrando todos os elementos de sua cultura, buscam também levar conhecimento ao juruá (não-índio), informando sobre sua forma de viver. Eles acreditam que se a população tiver a informação correta não vai discriminar.

O protesto contra a RBS teve a parceria dos representantes do movimento negro, que também apresentaram à sociedade a sua luta contra o genocídio do povo negro, dos quilombolas, que lutam pela regularização de suas terras, e das famílias que hoje lutam por moradia na Ocupação Amarildo. Juntos, eles desfilaram suas bandeiras e suas demandas. Uma caminhada pelo direito de viver em paz.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=rYUemSrPe7k



Igreja católica "encontra" mais uma tribo indígena no Maranhão

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.08.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização ligada à igreja católica, acaba de encontrar, ou inventar, como queiram, mais uma tribo indígena no Maranhão. De acordo com a página do Cimi na internet, algumas comunidades de mestiços do município de Viana, no Maranhão, realizaram no último dia 2 de agosto uma Assembleia de Autodeclaração de pertencimento ao povo Gamela. Além do Cimi, o movimento também é apoiado pela Comissão Pastoral da Terra, outra organização ligada à igreja católica.

Autodeclaração é uma invenção recente da antropologia. Algumas comunidades de pessoas miscigenadas como eu ou você são instigadas por movimentos como Cimi e CPT a se autodeclararem índios. A partir dessa autodeclaração, o grupo passa a exigir os tais direitos indígenas garantidos pela Constituição.

Esse novo grupo autodeclarado Gamela como apoio do Cimi, CPT e da Igreja Católica, já está exigindo uma nova demarcação no Maranhão.

De acordo com o Cimi, o Governo já ofereceu terras a partes desse grupo através da reforma agrária, do programa de crédito fundiário e até a declaração do grupo como remanescente de quilombo já foi aventada. Entretanto, ainda de acordo como o Cimi, apenas a demarcação de uma terra indígena é aceitável.

A eventual demarcação de uma terra indígenas para os novos índios gamela deve englobar os assentamentos e até os territórios quilombolas existentes na região. Segundo um dos novos índios cujo depoimento é apresentado pelo Cimi, "algumas comunidades se autodefinem como quilombolas, outras foram transformadas em assentamento da reforma agrária. Sobraram 552 hectares. A terra dos índios era mais de 10 mil hectares e nós vamos lutar apenas por esses 552 hectares? Não pode".

De acordo como o Cimi, o fenômeno de ressurgimento dos índios gamela decorre de uma "redefinições de identidades", que, ainda segundo o Cimi, "deve ser encarada como estratégias de sobrevivência".

A matéria do Cimi diz ainda que há uma "grande marcha do ressurgimento das identidades historicamente negadas e, mais do que isso, esmagadas pelo Estado brasileiro. Passo necessário para que seja assegurada a efetivação do preceito constitucional:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

Vem aí mais uma terra indígena.



FUNAI publica portaria para estudar criação de Terra Indígena em Santa Cruz do Xingu e Vila Rica

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 25.08.2014

Segundo a FUNAI, Mato Grosso possui 18.055,64 ha de TI's regularizadas, o que corresponde a 20% do território do estado

Mais uma terra Indígena (TI) pode ser criada no Norte Araguaia, dessa vez será nos municípios mato-grossenses Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e São Félix do Xingu que fica no Pará fazendo divisa com Mato Grosso.

A portaria 968, publicada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) institui um grupo técnico de estudos antropológicos com o objetivo de demarcar uma área reivindicada pelos Kayapó e Juruna e é denominada como terra Kapôt Nhinore.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) acompanha todos os atos da FUNAI em relação à criação e ampliação de terras indígenas, publicou Nota, "A Famato defende mais transparência nos processos de criação e demarcação de terras indígenas. No caso específico da Kapôt Nhinore é importante que os sindicatos rurais, os produtores rurais e as associações dos produtores dos municípios envolvidos reivindiquem para que as prefeituras acompanhem todo o trabalho da FUNAI, com o objetivo de não deixar que ocorram vícios no processo, o que pode causar prejuízo aos produtores e à economia da região", orienta o analista de Assuntos Indígenas e Fundiários da Famato, Lino Amorim.

Segundo a FUNAI, Mato Grosso possui 18.055,64 ha de TI's regularizadas, o que corresponde a 20% do território do estado. Somando as TI's declaradas, delimitadas e homologadas, o percentual cresce para 24% do território estadual.

Conforme a fundação atualmente existe 55 terras indígenas regularizadas e 23 áreas em processo de demarcação. Há ainda outras 20 áreas reivindicadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).



Conhecimento indígena é preservado em livro de papel sintético

SÍTIO JORNAL BRASIL, 25.08.2014

Um papel sintético feito de plástico reciclado – resultado de uma pesquisa desenvolvida com apoio da FAPESP – está ajudando a preservar o conhecimento sobre plantas medicinais transmitido oralmente há séculos pelos pajés do povo Huni Kuĩ do rio Jordão, no Acre.

Descrições de 109 espécies usadas na terapêutica indígena, bem como informações sobre a região de ocorrência e as formas de tratamento, foram reunidas no livro *Una Isĩ Kayawa*, Livro da Cura, produzido pelo Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IJBRJ) e pela Editora Dantes.

A obra teve uma tiragem de 3 mil exemplares em papel comum, cuchê, voltada ao grande público e lançada recentemente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outros mil exemplares, destinados exclusivamente aos índios, foram feitos com papel sintético, que é impermeável e tem a textura de papel cuchê, com o intuito de aumentar a durabilidade no ambiente úmido da floresta. O lançamento foi realizado com uma grande festa em uma das aldeias dos Huni Kuĩ do rio Jordão.

O trabalho de pesquisa e organização das informações durou dois anos e meio e foi coordenado pelo botânico Alexandre Quinet, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O grande idealizador do projeto, porém, foi o pajé Agostinho Manduca Mateus Īka Muru, que morreu pouco tempo antes de a obra ser concluída.

“O pajé Īka Muru era um cientista da floresta, observador das plantas. Há mais de 20 anos ele vinha reunindo esse conhecimento até então oral em seus caderninhos. Buscando informações com os mais antigos e transmitindo para os aprendizes de pajé. Ele tinha o sonho de registrar tudo em um livro impresso, como os brancos fazem, e deixar disponível para as gerações futuras”, contou Quinet.

Também conhecidos pelos nomes de “Kaxinawá” – termo que os índios não gostam – , “gente verdadeira” ou “gente do cipó”, os Huni Kuĩ formam o grupo indígena mais numeroso do Acre. Sua presença vai até parte do Peru. No Brasil, somam mais de 7 mil indivíduos, divididos em 12 diferentes terras. O “livro da cura” retrata a terapêutica praticada nas 33 aldeias de uma dessas terras indígenas que se estende pelo rio Jordão.

Além das informações sobre as plantas, a obra apresenta, por meio de relatos e desenhos, um pouco da cultura do povo Huni Kuĩ, como seus hábitos alimentares, suas músicas e suas concepções sobre doença e espiritualidade. Todo o conteúdo está escrito em “hatxa kuĩ” – língua falada nas aldeias do rio Jordão – e traduzido para o português.

De acordo com Quinet, foram feitas cinco viagens à região acreana para a realização da

CONT.



pesquisa, além de quatro períodos de residência de tradutores Huni Kuĩ no Rio de Janeiro.

“Realizamos uma oficina que durou 15 dias e reuniu os 22 pajés das aldeias do rio Jordão. Os capítulos do livro são, na verdade, transcrições literais dos temas abordados por eles, organizados dentro da sistemática indígena. Apenas sofreram revisões para facilitar a compreensão”, contou Quinet.

Das 351 espécies elencadas pelos pajés como medicinais, os pesquisadores coletaram 196 amostras – resultando na seleção das 109 plantas que integram o livro. O material botânico foi identificado de acordo com as técnicas taxonômicas e depositado no herbário do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A partir do nome científico das espécies, os pesquisadores também levantaram na literatura científica, quando possível, o uso feito por outros povos do mundo. O trabalho contou com a colaboração de 21 taxonomistas de instituições brasileiras e internacionais.

“O objetivo inicial do pajé Ìka Muru era criar um material de ensino para aprendizes de pajé, visando a facilitar a localização das plantas nos jardins medicinais. Mas o livro também tem o objetivo de difundir a cultura da tribo e a importância de preservar a floresta de forma ampla. Buscaram o Jardim Botânico para que esse conhecimento pudesse ser universalizado dentro de bases científicas”, disse Quinet.

Vitopaper

Para representar o conteúdo escrito em “hatxa kuĩ”, a editora Anna Dantes criou uma fonte tipográfica especial inspirada nas letras manuscritas nos cadernos indígenas. Também foi dela a ideia de produzir uma edição especial em papel sintético.

“Logo na primeira reunião feita com os pajés na floresta eu pude observar que os livros enviados para os povos indígenas sofrem muitos danos por causa da umidade e tornam-se muito perecíveis. As páginas vão entortando e grudando umas nas outras. Também são danificadas pela presença de pequenos animais, como cupins. Era um projeto muito ambicioso, que demandaria um grande esforço, e não poderíamos criar um produto que desapareceria em pouco tempo”, disse Dantes.

Dantes contou que foi a primeira vez que trabalhou com o Vitopaper, material produzido pela empresa Vitopel e originalmente desenvolvido por Sati Manrich, pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

“Quando iniciamos o projeto, em 2003, nossa ideia era encontrar uma solução comum a dois grandes problemas: derrubada de árvores para a produção de celulose e a dificuldade de dar um destino adequado ao grande volume de lixo plástico produzido nos centros urbanos”, contou Manrich.

No processo desenvolvido por ela na universidade, o plástico oriundo de embalagens de alimentos, produtos de limpeza ou garrafas de água é higienizado e moído. Recebe, então, a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

adição de partículas minerais para a obtenção de propriedades ópticas – como brilho, brancura, contraste, dispersão e absorção de luz – e resistência mecânica ao rasgamento, tração e dobras.

A mistura é colocada em uma máquina extrusora a altas temperaturas, onde amolece e se funde. No final, o material transforma-se em uma folha grande fina, semelhante a um papel fabricado com celulose, que é enrolada e cortada de acordo com a aplicação.

Segundo a Vitopel, para cada tonelada de Vitopaper produzido são retiradas das ruas e lixões 750 quilos de resíduos plásticos. Além disso, segundo Manrich, cerca de 30 árvores deixam de ser derrubadas.

“Gostaria que esse exemplo fosse adotado não apenas para imortalizar o conhecimento dos índios como também na produção de livros didáticos, pois eles teriam uma durabilidade muito maior”, afirmou Manrich.

Una Isĩ Kayawa, Livro da Cura

Organizadores: Agostinho Manduca Mateus Ika Muru e Alexandre Quinet

Lançamento: 2014

Preço: R\$ 120,00

Páginas: 260

Mais informações: www.facebook.com/UnaIsiKayawa?fref=ts.

Fonte: Agência FAPESP



Instituto para a saúde indígena pode deixar 379 cargos de confiança à disposição dos ministérios da Saúde e Planejamento

SÍTIO CIMI, 25.08.2014

Se concretizada, a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) deixará à disposição dos ministérios da Saúde e Planejamento 379 cargos de confiança, incluindo os chamados DAS (Direção e Assessoramento Superior), que hoje estão distribuídos nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) do país e no escritório da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Brasília (DF).

De acordo com fonte do governo federal consultada pelo Cimi, a proposta lapidada em fevereiro deste ano pelo Planejamento, com a participação da Sesai, pretende recolher dos distritos os 379 cargos de confiança. A Sesai, que atualmente possui 23 cargos DAS, passaria a ter 65 na única sede que o órgão manteria, na Esplanada dos Ministérios; o Ministério do Planejamento abocanharia os outros 314.

“Existe uma dificuldade de criação deste tipo de cargo dentro do governo. Então além de terceirizar a saúde indígena e driblar o concurso público, o Planejamento conseguiria uma quantidade expressiva de cargos para usar. É um alívio para eles. Pode ser que este número total tenha sofrido alguma variação de fevereiro para cá, mas acho difícil”, explica a fonte. A redistribuição dos cargos atenderia critérios políticos do Planejamento.

Com isso, uma das principais bandeiras do movimento desde a primeira Conferência Nacional de Saúde Indígena fica a meio-mastro: a autonomia administrativa e financeira dos distritos, que se transformariam em departamentos da empresa INSI. No caso dos servidores federais, a gestão da Sesai, conta a fonte ao Cimi, tem omitido do grupo tais informações e dito apenas que todos continuarão em seus postos de trabalho. Na sede do órgão, no prédio do Ministério da Saúde, atuam 66 servidores. Na foto acima, acampamento Avá-Guarani, no oeste do Paraná: falta de saneamento e assistência da Sesai.

“Nem os indígenas e tampouco estes servidores foram consultados. A proposta do instituto é de gabinete. Antônio Alves (secretário da Sesai) apenas foi informado e faz o trabalho de articulação para a criação do INSI. Inclusive se o instituto não sair ele (Alves) perde politicamente”, destaca a fonte do governo federal consultada pelo Cimi. A discussão do instituto, todavia, tem chegado de forma diferente nas aldeias.

No momento, de acordo com a fonte, o principal trabalho de Alves tem sido o de convencer lideranças e povos sobre a criação do instituto. “É o que estão fazendo agora. vendendo falsas promessas de que o instituto irá resolver. Com os indígenas apoiando a proposta, fica mais fácil de convencer o MPF (Ministério Público Federal) e a Justiça do Trabalho”, diz.

Detalhe perverso

CONT.



Outro ponto altamente perigoso da proposta, conta a fonte consultada pelo Cimi, é com relação aos recursos financeiros. "O que se ouve no Planejamento e na Sesai é que o instituto terá a mesma verba da Sesai, só que será gasta de forma mais eficiente. Parece piada", critica. E a explicação é simples: detalhes técnicos de como serão as estruturas dos distritos, o regimento de compras e contratações, entre outros, só serão definidos depois da criação do INSI. "É o detalhe perverso desse modelo. Você aprova a lei para criar o instituto, mas só depois ele cria o regimento interno", denuncia.

Há ainda outras questões. Além da composição interna do instituto, também definida posteriormente, a fonte do governo federal questiona como será o procedimento com os 2.217 servidores efetivos, "que ou mudam para (o regime) CLT, o que ninguém vai fazer, ou ficam a disposição dos núcleos estaduais do Ministério da Saúde". O descarte automático destes servidores é uma possibilidade ventilada pela fonte.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

Os desafios da luta indígena no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Dirigente da Articulação dos Povos Indígenas/Sul, Kretã Kaigang, fala sobre a situação da luta indígena hoje no Brasil e os desafios que estão por vir.

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=bsABi20ywUk



Amarildo, presente!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Elaine Tavares – Palavras Insurgentes

A caminhada dos Guarani em protesto contra a campanha sistemática do grupo RBS de desinformação e fortalecimento do preconceito, além de toda a força expressada na união de vários movimentos de luta da cidade, teve seu momento de singela emoção. Misturadas às gentes, estavam algumas famílias da Ocupação Amarildo. Essa ocupação virou a cidade de pernas para o ar, em dezembro de 2013, quando cerca de 60 famílias entraram em um terreno ocioso no caminho da praia de Canasvieiras, colocando luz sobre todo um processo de grilagem de terra, envolvendo impolutos empresários locais.

A ocupação Amarildo também desvelou uma face escondida da ilha da magia, que muitos preferem fazer de conta que não existe: a existência de milhares de famílias que não conseguem pagar os altos aluguéis e garantir a vida de seus filhos. Tanto que em poucos dias de existência a ocupação passou de 60 para 470 famílias acampadas, arriscando os parques recursos na luta por terra, trabalho e moradia.

Durante meses os “amarildos” foram notícia na cidade, ocupando os espaços públicos, denunciando a grilagem, questionando o sistema, exigindo respostas da justiça e do estado. Meteram o dedo bem fundo na ferida e pagaram caro por isso. Em abril de 2014 as famílias acabaram despejadas do terreno em Canasvieiras. A elite local não queria saber de pobre na praia. E, no cair de uma noite cálida, lá estavam os caminhões, para retirar as pessoas, as tralhas e os bichos. Não havia para onde ir.

O braço estendido aos amarildos foi o braço Guarani. Da terra ocupada eles foram levados para a terra indígena que os abrigou até que conseguissem se fortalecer e rearticular o movimento. Hoje, as famílias da ocupação estão numa terra garantida pelo Incra, na grande Florianópolis.

E foi em nome desse braço estendido, de um povo tão sofrido e oprimido quanto eles, que vieram de suas terras para a caminhada. Aquele era um compromisso de solidariedade concreta. Um desses momentos únicos de expressão de gratidão.

A bandeira vermelha dos amarildos tremulou bonita, mostrando que ainda há ternura na luta e que o povo, unido, avança seguro. Foi uma cena bonita de se ver...



PA – Cinco crianças Assurini foram internadas em Belém. Há cerca de 90 doentes com os mesmos sintomas na aldeia, e quatro crianças morreram
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

Seis crianças indígenas foram encaminhados de Tucuruí no último sábado, 23. Três morreram, e outros 90 índios da etnia Assurini estão com os sintomas

As cinco crianças da etnia Assurini transferidas no último sábado (23) do Hospital Regional de Tucuruí estão internadas no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), em Belém, que é referência em pneumologia e infectologia no Pará. Outras três crianças morreram recentemente no município. De acordo com os médicos que avaliaram as crianças, elas apresentam sintomas semelhantes a gripe.

A direção do Hospital Regional de Tucuruí confirmou três mortes de crianças oriundas da aldeia Assurini, um de um mês de vida, um de 2 meses, e outro de 9 meses. Elas foram internadas no hospital com sintomas parecidos: insuficiência respiratória, febre alta e complicações nos órgãos. O corpo de um dos bebês foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) de Belém para investigação da causa da morte.

No total, seis crianças indígenas foram transferidas para a capital, sendo que um bebê de 4 meses não resistiu e morreu no caminho. Elas foram levadas inicialmente para o PSM da 14 de Março que encaminhou para a Unidade de Diagnóstico de Meningite (UDM) do Barros Barreto. A ambulância com as crianças e os pais chegou por volta de 23h no hospital. Elas foram atendidas por um médico pediatra que estava de plantão.

Em nota, o HUJBB informou que estava sem leitos disponíveis, mas conseguiu a internação das crianças: "Duas crianças no setor de pediatria, duas na Unidade de Diagnóstico em Meningite (UDM) e uma em um quarto de isolamento da TBMR. Ou seja, leitos direcionados para outras especialidades. Lembrando que, como as crianças estão com suspeita de H1N1, elas precisam ser isoladas", informou a nota.

Doença

Na aldeia, que fica a 22 km da cidade, cerca de 90 indígenas estão com os sintomas da doença, até então desconhecida. A Secretaria de Estado de Saúde enviou uma equipe até a aldeia, em Tucuruí, para coletar material para exame. Nas amostras coletadas, os médicos descartaram que fosse H1N1 ou Coqueluche, mas o resultado definitivo do exame deve sair em 30 dias.

Os índios estão evitando sair no sol e ter contato com poeira. A maioria dos doentes são crianças. As crianças trazidas para Belém apresentavam um quadro mais grave e foram imediatamente transferidos para evitar a evolução da doença.



Qualidade de vida da Amazônia está abaixo da média nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.08.2014

*Relatório revela indicadores do maior território brasileiro
por Flávia Milhorange, em O Globo*

RIO – A riqueza natural da Amazônia contrasta com sua população empobrecida e sem acesso a vários direitos básicos, como saneamento, moradia, saúde e bem-estar, entre outros. E, se comparada com o resto do Brasil, a situação da região amazônica é ainda mais preocupante. A conclusão é de um novo relatório publicado ontem pela ONG Imazon.

O documento se baseia num índice relativamente novo e que dá um passo além do popular Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O chamado Índice de Progresso Social (IPS) mede de maneira mais clara a qualidade de vida dos moradores de cada localidade. Foi criado para avaliar o desenvolvimento social global, incluindo mais 50 indicadores, como por exemplo saúde, moradia, segurança pessoal, acesso à informação, saneamento básico e sustentabilidade.

BRASIL EM 46º NA LISTA GLOBAL

Em abril, o Brasil apareceu em 46º lugar num ranking com 132 países medidos a partir do IPS. Agora, pesquisadores da Imazon lançaram em parceria com institutos internacionais a versão brasileira do índice, com pequenas adaptações à metodologia global. Como resultado, eles mostraram que a Amazônia Legal tem um IPS de 57,31, inferior ao da média nacional, de 67,73.

— Essa posição é incompatível com a importância que a Amazônia tem para o Brasil e para o mundo — critica Beto Veríssimo, pesquisador da Imazon e um dos autores do estudo. — Se quisermos que a população assuma o papel de guardião dos recursos naturais, a qualidade de vida dessas pessoas tem que melhorar muito.

Desde ontem, a ONG disponibiliza em seu site o relatório, que na verdade é um grande banco de dados sobre a situação social dos municípios e estados que fazem parte da Amazônia Legal. Ele está aberto a pesquisadores e representantes de governos.

— O estudo serve como forma de cobrança e também oferece o mapa do caminho, pois as duas coisas precisam andar juntas. E o nível de detalhes também é maior do que de outros índices ou indicadores desagregados — defende Veríssimo.

IPS Dados Amazônia

Na Amazônia vivem mais de 24 milhões de pessoas em 772 municípios, muitos deles maiores do que o Estado do Rio de Janeiro, embora com população bem menor. A região representa 5

CONT.



milhões de km² e 59% do território brasileiro. São mais de 170 povos indígenas com uma população de cerca de 400 mil pessoas.

Uma das vantagens do IPS é excluir o indicador econômico, pois, explica Veríssimo, a renda per capita pode levar a uma interpretação equivocada sobre a qualidade de vida da população. Mas o indicador é, depois, comparado com o IPS no relatório.

— O estudo demonstra que a escolha, há 40 anos atrás, dos programas de desenvolvimento para a região não foi capaz de gerar o progresso que se esperava — resume Paulo Moutinho, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

— Houve um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) amazônico, mas, ao mesmo tempo, com o processo de ocupação da fronteira, desmatamento e concentração de renda e terra, isso não representou um bem-estar para a população — complementa.

RESULTADOS DO IPS AMAZÔNIA 2014

	BRASIL	AMAZÔNIA
ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS)	67,73	57,31
DIMENSÃO 1. NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	71,60	58,75
Nutrição e cuidados médicos básicos	80,01	72,46
Água e saneamento	74,87	35,35
Moradia	92,03	72,48
Segurança pessoal	39,49	54,72
DIMENSÃO 2. FUNDAMENTOS PARA O BEM-ESTAR	70,42	64,84
Acesso ao conhecimento básico	67,13	60,61
Acesso à informação e comunicação	63,44	53,36
Saúde e bem-estar	68,35	70,57
Sustentabilidade dos ecossistemas	82,76	74,85
DIMENSÃO 3. OPORTUNIDADES	61,18	48,33
Direitos individuais	65,39	45,22
Liberdade individual e de escolha	81,99	64,41
Tolerância e inclusão	63,59	64,58
Acesso à educação superior	33,76	19,10



Quadro clínico de indígenas é estável

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 25.08.2014

Em nota divulgada na manhã desta segunda-feira (25), o Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), em Belém, informou que as crianças da aldeia indígena do município de Tucuruí, sudeste paraense, estão em um quadro clínico estável. As crianças, da aldeia Trocará, da etnia Assurini, que residem nas proximidades de Tucuruí, sudeste paraense, foram internadas após apresentarem sintomas semelhantes aos da gripe A, causada pelo vírus H1N1.

Das cinco crianças que chegaram, três estão no setor de pediatria e duas que estavam na Unidade de Diagnóstico de Meningite (UDM) retornaram à aldeia por risco de contaminação na UDM e falta de leitos no setor de pediatria. Apesar disso, apresentavam quadro estável.

Três pessoas já teriam morrido com sintomas semelhantes ao da Gripe A. Não se sabe de fato, no entanto, a causa dos problemas.

Ainda segundo a nota do Barros Barreto, o Laboratório Central do Estado do Pará (Lacen) já teria realizado exames na aldeia em Tucuruí e descartado doenças como H1N1 e outros dois vírus respiratórios. Foi descartada também a hipótese de Coqueluche.

(DOL, com informações da assessoria)



BOM JESUS - Indígena é encontrado degolado

SÍTIO BLOG DO ROBERTO LORENZON, 25.08.2014

Ele era andarilho e foi encontrado morto ao lado do Centro Comunitário

Um índio, Divenildo Belino, de 45 anos, conhecido pelos moradores de Bom Jesus/SC como "Perigoso" foi encontrado degolado nesta manhã de segunda-feira, 25. Segundo informações do agente de Polícia de Bom Jesus, Cezar Radaelli, o homem foi esfaqueado, principalmente na região do pescoço. O crime ocorreu durante esta madrugada, próximo ao Centro Comunitário, onde passaria a noite para dormir. A arma do crime não foi localizada até o momento.

Diveldino, que era alcoólatra, sempre era visto sozinho pelas ruas, perambulando e pedindo comida aos moradores de Bom Jesus. O policial comenta que até o momento não se tem conhecimento sobre o autor do crime. A Polícia já busca informações junto à Reserva Indígena Xapecó, entre Bom Jesus e Ipuacu, onde o homem morava.

PM



Denúncia: Instituto de Saúde Indígena estimulará terceirização e privatização
SÍTIO ADITAL, 25.08.2014

Renato Santana

A criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) não partiu apenas do Ministério da Saúde. De acordo com informações conseguidas com exclusividade pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a minuta do Instituto foi montada "por três técnicos do Ministério do Planejamento" como arranjo administrativo e jurídico do governo federal para justificar a não realização do concurso público para a saúde indígena.

O objetivo seria desregulamentar o setor, introduzindo o processo de terceirização e privatização. Os termos do INSI seguem os moldes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), em 2004, e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), instituída pela presidente Dilma Rousseff no final de maio deste ano. "De serviço público essas instituições não tem nada, apenas um contrato de gestão com o poder público", critica fonte do governo federal consultada pelo Cimi.

Em reuniões no Ministério do Planejamento, esta fonte chegou a ouvir que o concurso para a saúde indígena "jamais vai sair". Conforme as informações apuradas, a proposta do Instituto então não foi formulada a partir da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde que, neste caso, tem serventia apenas para convencer os indígenas a apoiarem a criação do Instituto. A fonte justifica: "Ninguém estudou (no Ministério da saúde) ou se preocupou com os índios para formular isso (o Instituto)". De fato, os problemas envolvendo a saúde indígena denotam a falta de compromisso dos gestores da Sesai.

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) nunca foram estruturados para atender à demanda, observa a fonte, que segue: "Há uma meia dúzia de velhos funcionários em desvio de função tentando tocar o barco. Quantos profissionais o Ministério da Saúde contratou para os DSEI's desde a criação da Sesai em 2010? Zero, e isso eles podem confirmar. Não adianta dizer que aumentou o número de profissionais na ponta, via convênios precários, se não investiu em nada no setor que faz a gestão da saúde. Como fazer licitações e aquisições de insumos sem RH para isso? Milagre não existe".

Com o sistema em frangalhos, a situação da saúde nas aldeias um verdadeiro caos e as variadas pressões consequentes, o Instituto se mostraria como saída confortável para a Saúde e Planejamento. "O único arranjo que permite a total desregulamentação do setor é a criação de uma paraestatal como o INSI, que terá um contrato de gestão com o Ministério da Saúde. É uma forma de 'legalizar' a terceirização de mão de obra e serviços que já vem ocorrendo", diz. A celeridade com que trabalham o secretário da Sesai, Antônio Alves, e integrantes do Planejamento para a aprovação do INSI se justifica na impossibilidade de novos acordos diante de ação civil pública pedindo a realização do concurso.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 148 / 2014

Brasília, 25 de agosto de 2014.

A ação, que tramita na Justiça Federal, tem como autores o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público Federal (MPF). Os termos para a efetivação do concurso foram repactuados três vezes "sem o ministério (da Saúde) realizar qualquer estudo de necessidade de vagas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas ou de um pedido da Sesai pelo concurso", apurou o Cimi junto à fonte consultada.

"A ação civil pública, em suas intenções, combate a precarização da saúde indígena e do exercício profissional aos que nela trabalham. "Ironicamente, a resposta do Ministério da Saúde é terceirizar completamente o setor, ficando responsável apenas pela administração do contrato de gestão", ataca fonte do governo federal. Com efeito, a proposta do INSI está pronta há tempos e não teve seus termos e intenções discutidos na 5a Conferência Nacional de Saúde Indígena, ocorrida em Brasília, no início de dezembro do ano passado. "Dizer que os índios estão sendo consultados neste processo é uma forma perversa de manipulação", alerta.



Funai anuncia mais uma Terra Indígena no Mato Grosso

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.08.2014

A Funai publicou esta semana a portaria nº 968 que constitui um grupo técnico para realizar estudos antropológicos com o objetivo de demarcar mais uma área reivindicada como terra indígena (TI). A área está localizada nos municípios de Santa Cruz do Xingu, Vila Rica e São Félix do Xingu e é denominada Kapôt Nhinore das etnias Kayapó e Juruna. A nova área implica na ampliação de um complexo de terras indígenas que vai do norte do Mato Grosso ao centro do Pará e cobre quase 12 milhões de hectares.

É importante que os sindicatos rurais, os produtores rurais e as associações dos produtores dos municípios envolvidos reivindiquem para que as prefeituras acompanhem todo o trabalho da Funai, com o objetivo de não deixar que ocorram vícios no processo, o que pode causar prejuízo aos produtores e à economia da região.



Mais uma estrada abandonada no Pará

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 25.08.2014

Na rodovia Perna Sul, no Complexo da Alça Viária, uma placa improvisada de compensado e escrita à mão indica o início da Vicinal dos Quilombolas, no município de Moju, região nordeste do Pará. A estrada faz parte de um investimento de mais de R\$ 2,5 milhões e já deveria ter sido concluída. Porém, no lugar de asfalto e pavimentação, há o castigo da poeira e da lama -de acordo com o clima. Com 52 quilômetros, a via de piçarra contrasta com o verde das árvores cobertos de poeira. Ao entrar no ramal, aos poucos vão surgindo pequenas casas de madeira, divididas em 15 vilarejos de quilombolas. São famílias esquecidas no meio do nada, sofrendo pelo abandono do poder público.

Com a quebra da quarta ponte da Alça Viária, sobre o rio Moju, em março deste ano, muitos condutores utilizam como via de escape a rodovia Perna Sul, que começa um pouco antes da ponte quebrada, e interliga vários municípios. Logo após o início da Perna Sul, pode-se acessar a Vicinal dos Quilombolas, que dá acesso ao município de Moju, e passou a ser usada por muitos veículos, principalmente caminhões, que fazem o escoamento da produção regional. Acostumados com uma via pacata, os moradores das comunidades quilombolas agora enfrentam as dificuldades causadas pelo excesso de tráfego, o que já gerou três manifestações na última semana.

O mototaxista Ivanildo Moraes, morador há dois anos da comunidade Envirateua, com cerca de 100 famílias, reclama da situação da estrada. "Já fizemos vários protestos fechando a rua, para pedir melhoras. Disseram que iam asfaltar, mas até agora nada de asfalto. Como os caminhões passam muito por aqui, a poeira ficou insuportável".

O produtor rural Edilson Conceição dos Santos conta que uma leve camada de asfalto foi colocada apenas na frente das casas. "Ficou difícil. Nós pensávamos que ia acontecer uma coisa boa, mas o governo só colocou uma capa, quando teve dinheiro para asfaltar toda a estrada. Quando chove, fica um lamaçal". Com o movimento intenso, o asfalto já está cedendo, já tendo a terra batida visível em alguns trechos.

Moradores da comunidade Bacuri reclamam que o excesso de poeira tem causado doenças nas crianças. Shirley Paes da Silva mudou-se há poucos meses com o filho recém-nascido para a casa de sua mãe, que fica às margens da estrada. Ela conta que, devido à poeira, a criança desenvolveu uma alergia. "Desde que eu me mudei para a casa da minha mãe, o rosto do meu filho ficou todo empolado. O pior é que não há posto de saúde por aqui e essa poeira tem deixado muita gente doente. As crianças são as mais prejudicadas". A mãe de Shirley, Ivaneide Paes, sempre teve esperança de que a estrada tivesse condições melhores. "Sempre foi um sonho ver os carros passando por aqui, mas não levantando todo esse poeiral, que tem feito adoecer muita gente. O pior é que, se alguém passar muito mal, ambulância não entra aqui".

CONT.



A via estreita e perigosa não tem iluminação, o que dificulta a trafegabilidade no período da noite. Outro problema da falta de pavimentação é a ausência de sinalização. Para evitar que os veículos trafeguem muito rápido, os moradores tiveram que fazer lombadas, assim como placas indicando a presença das lombadas, e também das pontes, que encontram-se em condições precárias. O estopim para o início dos protestos foi quando um ônibus escolar quase caiu ao passar pela ponte sobre o rio Jambuaçu, uma das muitas pontes de madeira que, segundo a população, não recebem manutenção.

ATOS

Na última semana, os moradores das comunidades quilombolas fizeram três protestos, bloqueando as vias de acesso a Moju, mas até o momento não tiveram nenhuma resposta do poder público sobre a conclusão das obras. Populares da localidade de São Bernardino denunciavam abuso de poder da polícia na última manifestação, quando, de acordo com eles, um jovem foi preso injustamente.

Maria do Carmo Amaral, moradora da comunidade, reclama da situação da estrada. "Só fizeram uma abertura e uma raspagem. Era para terem feito muito mais, pois dinheiro havia para isso. Quando pensávamos que a obra estava no início, os caminhões e tratores já estavam indo embora, por isso fizemos o protesto. Queremos resposta, pois o governo não está cumprindo o que foi dito. Depois que a ponte caiu, a situação ficou pior. Os carros agora só passam por aqui".

A líder comunitária Maria de Nazaré foi uma das organizadoras do movimento. Ela diz que os quilombolas querem respeito. "Se o governo investiu mais de dois milhões e meio de reais, por que a obra não foi concluída? Queremos respeito. Somos quilombolas, trabalhadores, lidamos com a terra e temos família para sustentar. Essa poeira tem deixado nossos companheiros doentes, e é incômodo respirar assim. Isso não é uma questão política, e sim uma questão de cidadania. Não queremos ofender ninguém, mas sim uma melhor qualidade de vida".